

A Oferta de Disciplinas pelo Instituto de Física: novas estratégias

OLAVO LEOPOLDINO DA SILVA FILHO*

Instituto de Física - IFD

Universidade de Brasília - UnB, Brasília, D.F.

Resumo

O Instituto de Física sempre apresentou inúmeros problemas com relação á oferta de disciplinas, principalmente por ser um centro de custo que oferta várias disciplinas para outros cursos – as chamadas disciplinas de serviço. Com esses vínculos diante de si, o Instituto de Física terminou por incorrer em estratégias de oferta que deveriam ser de caráter excepcional, mas que se tornaram, ao longo do tempo, usuais, como a adoção generalizada de professores substitutos. Tal política vem sendo modificada no sentido de racionalizar a oferta de disciplinas e, com isso, permitir um maior controle e planejamento de modo a facilitar a oferta de disciplinas optativas, importantíssimas para a formação de nossos alunos.

Palavras-chave: Oferta de Disciplinas, Estratégias, Planejamento.

I. INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas que reincidentem, todo semestre, nos Departamentos e Institutos das mais diversas instituições de ensino superior é a distribuição da carga didática. Com o Instituto de Física não é diferente. Com um número de professores já superior a 70 e com a característica adicional (não compartilhada com outros institutos) de ter professores que estão capacitados a dar aulas nas mais variadas disciplinas, a questão da distribuição de carga didática tem se tornado de difícil solução.

Além das questões já levantadas, há ainda o problema introduzido pela recente adoção da Uni-

versidade de Brasília, em seu regimento, de um valor *mínimo* de número de créditos ofertados por cada professor (atualmente igual a oito créditos semanais). Tal número, que deveria ser considerado apenas como um mínimo, acaba sendo entendido por diversos professores também como um *máximo*, o que faz com que se abespinhem sempre que o coordenador lhes atribui carga superior. Em contrapartida, vale dizer, há também aqueles que não se furtam de absorver carga didática superior, colaborando valorosamente para o funcionamento adequado do Instituto.

Para além dessas considerações, havia ainda, por parte do Instituto de Física, a prática de lan-

*Coordenador do Instituto de Física (Diurno)

çar mão de diversos professores substitutos. Tais professores são contratados na forma de contrato temporário que dura o prazo exato de afastamento de professores do quadro do Instituto. Um professor substituto, segundo as normas da Universidade de Brasília, deve ser contratado para lecionar um número *mínimo* de créditos igual a dezesseis (se for contratado para 40 horas semanais, como é a praxe em nosso instituto).

Entretanto, a contratação de professores substitutos (algo em torno de dois ou três por semestre) acabava se tornando um problema a mais para o Instituto. E isso por diversas razões: primeiramente, o professor substituto passa por um processo de contratação similar aos professores do quadro (exames admissionais, etc) que prolonga o prazo de contratação consideravelmente. Em segundo lugar, os professores substitutos são contratados, na Universidade de Brasília, através do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP), que centraliza todas as operações a respeito. Isso leva a uma sobrecarga de processos naquele Decanato, o que implica em ainda mais demora no processo de contratação.

Por tais razões, os substitutos, muitas vezes, são contratados com o semestre já em andamento, precarizando o ensino e deixando muitas turmas com funcionamento, na melhor das hipóteses, capenga.

A falta de uma política clara e bem estabelecida de atribuição de carga didática também tem levado o Instituto a ofertar um número pequeno de disciplinas optativas, que têm importância na formação mais geral do aluno e na sua aquisição de erudição na área de formação.

Finalmente, após a aprovação dos novos projetos políticos pedagógicos (PPPs), que levou à reformulação dos cursos de Bacharelado e Licenciatura do Instituto, foram criados os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs): um para o bacharelado e outro para a licenciatura.

Como o Instituto aprovou também o fechamento, por tempo indeterminado, da habilitação de licenciatura diurna, tal alteração terminou por estabelecer uma divisão das responsabilidades quanto à lista de ofertas, agora fruto do trabalho *conjunto* dos dois NDEs, após uma primeira etapa de formulação tentativa da lista pelos coordenadores de cada turno (presidentes dos respectivos NDEs).

Essa introdução dos NDEs no processo de oferta de disciplinas também afetou, em parte, as regras que eram adotadas para a distribuição das disciplinas. Se antes havia uma responsabilidade não explicitada do coordenador de evitar que professores com maus resultados pedagógicos em uma disciplina continuassem a lecioná-las ao seu bel prazer, apenas pela aplicação cega de regras preexistentes para a confecção da lista, agora é missão precípua dos NDEs impedir esse tipo de situação, mesmo que isso signifique se sobrepor a eventuais regras de atribuição de turmas.

Tal situação, inclusive, tem trazido alguma perplexidade a professores que por ela são afetados.

II. NOVAS ESTRATÉGIAS

Em função desses problemas, mostrou-se necessário fazer uma análise mais completa da oferta no Instituto de Física, de modo a racionalizar o processo e tentar evitar as armadilhas já mencionadas.

Em particular, a Coorenação de Graduação Diurna do Instituto de Física tomou para si a responsabilidade por fazer um levantamento estatístico da oferta no Instituto (e, de fato, fazê-lo todo semestre, usando o *Physicae Organum* como meio de divulgação desse tipo de levantamento, uma vez que essa é uma das funções precípua da revista.)

A ideia, cuja necessidade já havia sido levantada por outros professores do Instituto¹, por oca-

¹O professor Paulo Caldas, em uma reunião conjunta do Instituto, levantou essa necessidade

²O Instituto já realizou uma tentativa de estabelecer critérios para a divisão da carga didática, quanto a valores mínimos

sião de uma tentativa prévia e mal-sucedida de proceder a tal racionalização², seria justamente obter números que indiquem a real necessidade de professores substitutos e, na hipótese de não havê-la, a adoção de abordagens de oferta que não os tomassem como fundamento da oferta semestral.

De fato, sem tal levantamento, qualquer estratégia de oferta careceria de bases sólidas e qualquer intervenção poderia resultar em casuísmo ou 'achismo'.

Assim, apresentamos, na próxima seção, alguns números que podem induzir políticas adequadas para a oferta de disciplinas. Este trabalho deve ser encarado, também, como uma prestação de contas da Coordenação e do Núcleo Docente Estruturante, uma vez que, como já dissemos, a Lista de Ofertas agora é de responsabilidade do último, sob a presidência do primeiro.

Em publicações futuras, tentaremos contribuir com a proposta de regras mais claras para a oferta de disciplinas, de modo a tornar o processo mais simples e também mais transparente.

III. ALGUNS DADOS BÁSICOS SOBRE A OFERTA - 2^O SEMESTRE/2015

Neste segundo semestre de 2015, o Instituto de Física, que conta com 70 professores no quadro, está ofertando um total de 134 turmas (algumas disciplinas possuem mais de uma turma), com um total de vagas *reservadas* (não necessariamente preenchidas) igual a 3026, distribuídas, principalmente, entre as disciplinas de serviço, como as disciplinas de Física 1, 2, 3 e 4, particularmente as duas primeiras.

Dessas 134 turmas ofertadas, 132 delas referem-se a turmas de disciplinas obrigatórias, e apenas duas são disciplinas optativas, um número excessi-

vamente pequeno para um Instituto já considerado de porte médio/grande. Vale ressaltar que os números aqui apresentados referem-se apenas à *graduação*, não levando em conta aqueles que decorrem da oferta nos cursos de pós-graduação do instituto. O Instituto de Física possui duas pós-graduações: uma pós-graduação profissional (mestrado) e uma pós-graduação acadêmica (mestrado e doutorado) que consomem professores também em suas ofertas.

Ao todo, o Instituto está ofertando 510 créditos (1 crédito = 1 hora e 50 minutos por semana), apenas na graduação, o que implica em um valor *médio* de 7,3 créditos por professor. Note-se que trata-se apenas da carga didática *na graduação*, sendo essa a razão pela qual o número de créditos médio se encontra abaixo do regimentar.

Seja como for, dado que o número de disciplinas nas pós-graduações não é muito grande no que tange a oferta semestral, o resultado acima mostra que o número de créditos por professor se aproxima do valor *mínimo*, indicando exatamente o tipo de perspectiva já mencionada, de se considerar o valor mínimo de oferta como o valor máximo.

Contribui para isso também algumas isenções quanto à oferta de número de créditos, válida regularmente para diretores e coordenadores de graduação e pós-graduação, a quem se faculta a oferta de apenas quatro créditos por semestre.

É importante notar que a regra de dispensa do mínimo de créditos por professor deve obedecer ao critério de um mínimo de quatro créditos por semestre *na graduação*, regra introduzida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Segundo a resolução, *nenhum professor está liberado dessa exigência*. Mais ainda, a dispensa do número de créditos deve-se fazer *a critério* do Instituto, em função de sua conveniência em fazê-lo, e não como uma imposição institucional. Assim, a critério do

² e máximos por professor em função da sua atuação acadêmica, mas os critérios se mostraram muito complexos e de difícil execução.

instituto, coordenadores de graduação ou pós, diretor de unidade e outros diretores podem ser instados a lecionar um número maior de créditos.

A distribuição de carga por professor ficou relativamente uniforme, como mostra a Figura a seguir:

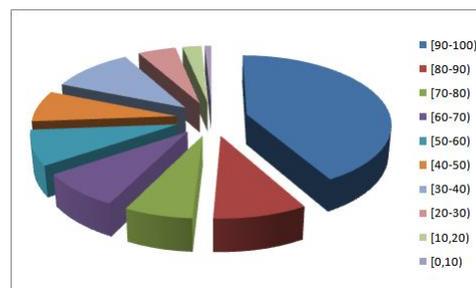


Neste semestre, além do mais, foi possível cobrir toda a carga didática dos professores com a manutenção do contrato de apenas um professor substituto. Mesmo assim, este professor substituto está com uma carga de 12 créditos. A razão para que o professor substituto fique com menos do que 16 créditos é que o professor substituído irá retornar no meio do semestre. Uma vez que a chegada do professor substituído imediatamente cancela o contrato do professor substituto, foi necessário diminuir a carga atribuída ao último para não sobrecarregar o primeiro quando de sua volta.

Algumas disciplinas vinham mostrando, em semestres anteriores, um preenchimento pouco satisfatório de vagas. Isso apontava para a necessidade de se estabelecer uma estratégia de oferta de disciplinas distinta da estritamente semestral, mesmo para as disciplinas obrigatórias, mas sim anual. Entretanto, como mostra a imagem a seguir, este segundo semestre de 2015 apresentou um preenchimento de vagas bastante satisfatório. De fato, fazendo uma classificação por decis, fica claro que mais de metade das turmas tiveram preenchimento acima de 80 por cento das vagas.

Vale notar que as disciplinas de serviço tiveram excelente taxa de preenchimento de vagas: Física 1 (86%), Física 2 (90%) e Física 3 92 %). Do mesmo modo, as disciplinas experimentais de serviço também tiveram alto preenchimento: Física 1

Experimental (75%), Física 2 Experimental (58%) e Física 3 Experimental (79%). Os valores das Físicas Experimentais está abaixo daqueles das Físicas Teóricas devido ao grau de retenção destas últimas ser muito maior.



Esse resultado, entretanto, não desqualifica a ideia de se desenvolver uma estratégia de oferta anual para algumas disciplinas, pois reflete um semestre cujo preenchimento foi adequado, justamente após um semestre em que muitas disciplinas tiveram preenchimento abaixo do desejado.

Entretanto, seria interessante continuar esse estudo de preenchimento de vagas para se chegar a uma conclusão mais adequada a partir da análise da sua série temporal tomada ao longo de vários semestres.

IV. CONCLUSÃO

Alguns elementos podem ser levantados com os dados apresentados na seção anterior.

Identificamos alguns gargalos óbvios no processo de Oferta de Disciplinas:

- Primeiramente, temos o gargalo, menos relevante, da isenção de se ter o mínimo de 8 créditos ofertados por professores em cargo de direção e coordenação. Ainda que seja pequeno o impacto de tal isenção, o problema pode-se agravar em função do número de tais cargos preenchidos por professores do instituto. Entretanto, tal questão pode ser mais

facilmente resolvida do ponto de vista administrativo, uma vez que a isenção é dada *a critério e conveniência do Instituto*. Uma sugestão trivial para se resguardar desse tipo de problema é fazer-se, *sempre* uma consulta ao Núcleo Docente Estruturante para a liberação da oferta mínima de oito créditos;

- Uma outra ação importante seria, como já mencionado, uma maior racionalização da oferta de disciplinas que apresentam menor procura. Seria importante realizar um trabalho pelo qual se construiriam **dois fluxos** diferentes, um relacionado a entradas de alunos nos exames vestibulares do início do ano, outro relacionado a entradas de alunos nos exames vestibulares do meio do ano. Assim, se poderiam elaborar estratégias tais que a oferta anual destas (poucas) disciplinas não impactariam no andamento dos cursos dos alunos (critério fundamental para qualquer estratégia).
- O Instituto de Física também adota uma estratégia não oficial para liberar professores para licenças que permitem a contratação de professores substitutos. Seria importante **reverter** tais regras em face das novas características do instituto, seja quanto ao número de profes-

sores, seja quanto as novas necessidades pelo surgimento de mais cursos que necessitam de nossas disciplinas de serviço.

- Faz-se imediatamente necessário que haja algum tipo de coordenação nas ações entre os coordenadores de graduação e de pós-graduação, de modo a fazer com que haja harmonia entre a oferta em ambos os contextos. Até agora, tem-se adotado a estratégia de receber a lista de ofertas da pós graduação (principalmente a pós graduação acadêmica) e então alocar os professores na graduação. Isso, de resto, fere a ideia básica exposta no regimento de que há prioridade na oferta das disciplinas da graduação. Seria interessante criar algum tipo de Fórum dos coordenadores para que pudesse haver tal harmonização.

É importante que as ações necessárias sejam tomadas *antes* que elas se tornem impeditivas de um bom andamento dos trabalhos, mormente aqueles imediatamente afetados pela lista de ofertas.

Cabe aos representantes do Instituto no Conselho do Instituto de Física **propor** as mudanças que julgarem pertinentes, uma vez que, segundo as regras vigentes no instituto, tem apenas voz neste conselho, mas não voto.